ISSN: 2358-8829

HISTÓRIA DE VIDA DE LÍDERES SURDOS: TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos [1]
Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim [2]
Carla de Novaes Veiga de Araujo [3]

INTRODUÇÃO

Historicamente, as pessoas com deficiência têm enfrentado processos de exclusão, discriminação e restrição de participação nos diferentes espaços sociais. A superação dessas concepções exige mudanças institucionais e culturais, além do reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e produtoras de conhecimento sobre as próprias experiências.

A perspectiva social da deficiência contribui para deslocar o olhar das limitações individuais para as barreiras que a sociedade constrói ou mantém. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais podem restringir a participação mesmo quando existem capacidades, interesses e disposição para atuar.

As histórias de vida constituem uma possibilidade de compreender como as experiências individuais se relacionam com contextos históricos, sociais e culturais. Ao narrar acontecimentos significativos, o participante seleciona episódios, estabelece relações entre eles e atribui sentidos ao próprio percurso. A narrativa, portanto, não é apenas uma sequência de fatos biográficos: permite observar os vínculos entre relações pessoais, instituições, oportunidades e obstáculos que atravessam uma trajetória.

Entre as pessoas com deficiência, as pessoas surdas constituem um grupo heterogêneo, cujas experiências são atravessadas por diferentes histórias familiares,

[1] Doutora pelo Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos Inclusivos (GEI/UFRPE). E-mail: normamvasconcelos@gmail.com ;
[2] Professora doutora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); líder do Grupo de Estudos Inclusivos (GEI/UFRPE). E-mail: maria.amorim@ufrpe.br ;
[3] Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); membro do Grupo de Estudos Inclusivos (GEI/UFRPE). E-mail: carla.araujo.univasf.t5@gmail.com.

escolares, linguísticas e culturais. Para muitas pessoas surdas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ocupa lugar central na comunicação, na construção de vínculos, na expressão de ideias e no sentimento de pertencimento a uma comunidade linguística.

O reconhecimento legal da Libras, por meio da Lei nº 10.436/2002 e de sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005, representou uma conquista importante para a comunidade surda brasileira. Esses marcos contribuíram para conferir visibilidade à língua e para fortalecer reivindicações relacionadas à educação, à acessibilidade e à participação social. Entretanto, a existência de legislação não elimina automaticamente barreiras de comunicação, preconceitos e práticas institucionais que dificultam o exercício pleno da cidadania.

A organização coletiva ocupa lugar relevante na história do movimento surdo. A participação em associações e movimentos sociais oferece oportunidades para construir pautas coletivas, compartilhar experiências, reivindicar acessibilidade e formar lideranças. A liderança, nesse contexto, não se limita à ocupação de um cargo formal. Envolve compromisso com objetivos comuns, capacidade de articular pessoas, negociação, organização e disposição para representar demandas coletivas. Morris e Staggenborg (2004) chamam atenção para a dimensão estratégica da liderança nos movimentos sociais, o que permite compreender que a ação de liderar se desenvolve em relação com outras pessoas e com as condições concretas de mobilização.

Compreender a formação de lideranças surdas requer, assim, considerar experiências linguísticas, encontros com outros surdos, percursos escolares, relações de trabalho, espaços religiosos e associativos e acesso às tecnologias.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar, a partir das histórias de vida de cinco pessoas surdas, os fatores que contribuíram para sua militância e seu envolvimento em movimentos sociais, bem como as contribuições associadas ao exercício de suas lideranças. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e valoriza as narrativas dos participantes como fonte para compreender a relação entre trajetórias pessoais e contextos coletivos.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, utilizando o método História de Vida. Essa escolha metodológica é pertinente quando se pretende compreender os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências vividas e às relações que estabelecem entre acontecimentos pessoais e contextos sociais.

Glat e Pletsch (2009) ressaltam que, no método História de Vida, a entrevista não é inteiramente determinada a priori pelo pesquisador por meio de perguntas padronizadas; ela é conduzida, em grande medida, pela maneira como os informantes selecionam, interpretam, valorizam e transmitem suas experiências. Essa característica diferencia a abordagem de procedimentos mais rígidos e exige do pesquisador uma postura de escuta, atenção e respeito ao ritmo de cada pessoa.

O trabalho foi desenvolvido entre 2018 e 2021. Participaram cinco pessoas surdas adultas, identificadas neste texto pelos códigos E1, E2, E3, E4 e E5, como forma de preservar suas identidades. O grupo era composto por quatro homens e uma mulher, com idades entre 32 e 58 anos. Quatro participantes nasceram surdos e um adquiriu a surdez aos dois anos de idade. Todos utilizavam Libras e possuíam experiência de participação ou liderança em associações e movimentos relacionados à comunidade surda.

Os participantes residiam em diferentes localidades: São Paulo (capital), São Carlos, Rio de Janeiro e Recife, havendo também atuação em âmbito nacional. Essa diversidade geográfica permitiu reunir narrativas de pessoas com experiências de participação em espaços comunitários e organizacionais distintos, embora o número reduzido de participantes não permita representar a totalidade das trajetórias de liderança surda no país.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas, incluindo entrevistas em Libras. Os participantes foram convidados a relatar experiências que consideravam significativas em suas histórias de vida. A possibilidade das pesquisadoras utilizarem Libras foi importante para acolher as preferências comunicacionais dos participantes e para não restringir a expressão de suas experiências ao português escrito ou oral.

A análise considerou temas recorrentes nas narrativas e as informações sistematizadas no estudo de origem. Entre os eixos examinados estavam a relação com outros surdos, o uso da Libras, a escolarização, a participação em associações, a igreja, o trabalho e o uso de tecnologias.

ISSN: 2358-8829

A interpretação dos relatos foi orientada pelo objetivo de identificar fatores que contribuíram para a militância e para o exercício da liderança. Para preservar a singularidade das experiências, os resultados são apresentados por temas, destacando tendências comuns e diferenças relevantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O método História de Vida parte do entendimento de que a narrativa individual permite acessar dimensões do contexto social e cultural no qual o sujeito está inserido. Silva et al. (2007) discutem a relevância desse método para compreender como os relatos de vida se relacionam com processos sociais. Ao narrar sua trajetória, a pessoa apresenta acontecimentos que considera importantes, mas também evidencia valores, instituições, relações e condições históricas que influenciaram suas possibilidades de ação.

A escolha pela História de Vida também possui implicações éticas e epistemológicas. O participante não é apenas fonte de informação; é sujeito que interpreta a própria experiência e participa da construção dos sentidos atribuídos aos acontecimentos.

A discussão sobre deficiência e participação social relaciona-se ao modelo social da deficiência, que chama atenção para as barreiras produzidas pela organização social. Piccolo e Mendes (2013) contribuem para um pensar sociológico sobre a deficiência e para a reflexão acerca das condições sociais que limitam ou ampliam a participação. Essa abordagem não nega que existam diferenças corporais ou sensoriais; ela questiona a transformação dessas diferenças em justificativa para exclusão, segregação ou negação de direitos.

No caso das pessoas surdas, a acessibilidade comunicacional é uma dimensão decisiva. Quando instituições e profissionais não reconhecem a Libras ou não oferecem meios adequados de comunicação, criam obstáculos à participação em atividades educacionais, culturais, profissionais e políticas. A acessibilidade, portanto, não deve ser compreendida como favor ou concessão, mas como condição para que os direitos sejam exercidos.

ISSN: 2358-8829

Os Estudos Surdos contribuem para compreender a surdez para além de uma condição exclusivamente clínica, considerando dimensões linguísticas, culturais e identitárias. Skliar (1998) enfatiza a necessidade de reconhecer a surdez como diferença e de questionar concepções que tomam a experiência ouvinte como norma única. Essa perspectiva permite compreender a comunidade surda como espaço de produção cultural e de construção de sentidos, sem ignorar a diversidade existente entre pessoas surdas.

A Libras pode desempenhar papel central na construção de vínculos e no acesso à informação, especialmente quando a pessoa encontra interlocutores com quem pode comunicar-se diretamente. Para participantes que vivenciaram dificuldades de comunicação antes de utilizar a língua de sinais, o contato com a Libras pode representar ampliação das possibilidades de expressão e participação. Contudo, é importante evitar a ideia de que o simples conhecimento da língua elimina todas as barreiras. Atitudes discriminatórias, exclusão institucional e falta de acesso a espaços de decisão podem persistir mesmo quando a comunicação linguística é possível.

A convivência com outros surdos também pode oferecer referências linguísticas, culturais e sociais. O encontro com pares permite compartilhar experiências que, em ambientes predominantemente ouvintes, podem permanecer pouco compreendidas ou individualizadas. As associações, por sua vez, podem transformar experiências pessoais em questões coletivas, possibilitando a formulação de reivindicações, a organização de eventos, a circulação de informações e a defesa de direitos. Esses espaços não são necessariamente iguais entre si, mas podem criar condições para que os participantes desenvolvam formas de participação pública.

Os movimentos sociais são espaços de mobilização, negociação e reivindicação. A liderança nesse campo depende da relação entre pessoas, recursos, oportunidades e objetivos comuns. Conforme Morris e Staggenborg (2004), a liderança possui uma dimensão estratégica nos movimentos sociais, pois envolve orientar ações, articular participantes e contribuir para a continuidade da mobilização. No movimento surdo, essa dimensão pode ser observada na atuação em associações, federações e outros espaços de organização, nos quais as lideranças participam da formulação de pautas e da defesa de direitos linguísticos e sociais.

A compreensão da liderança exige, portanto, evitar explicações centradas exclusivamente em atributos individuais. Responsabilidade, persistência e compromisso podem ser importantes, mas se desenvolvem em interação com oportunidades de

ISSN: 2358-8829

participação e com as relações estabelecidas ao longo da vida. Uma pessoa pode apresentar disposição para liderar e, ainda assim, encontrar obstáculos decorrentes de barreiras comunicacionais, discriminação ou falta de acesso a espaços decisórios. Por isso, a análise das trajetórias deve articular características pessoais e condições sociais, sem atribuir aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por superar barreiras estruturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das narrativas aponta que a interação com outros surdos foi um dos fatores mais recorrentes nas trajetórias de participação e liderança. O estudo registra que amigos surdos influenciaram a aproximação de participantes com associações e espaços do movimento surdo. A presença desse "outro surdo" nas narrativas sugere a relevância dos vínculos entre pares para a construção de referências linguísticas, culturais e sociais e para o acesso a oportunidades de participação coletiva. As relações de amizade aparecem, assim, não apenas como vínculos pessoais, mas também como caminhos de aproximação com espaços comunitários.

A síntese dos dados informa que os participantes começaram a frequentar associações entre 14 e 31 anos. Para E1, E2, E3 e E4, amigos surdos foram indicados como influência para a participação associativa; no caso de E5, a escola aparece como referência importante. Esses dados mostram que não há um único caminho de aproximação com o movimento surdo. As relações de amizade, as experiências escolares e os espaços de convivência podem atuar de formas diferentes na trajetória de cada pessoa, de acordo com as oportunidades e os contextos que se apresentam.

A associação pode representar um espaço no qual experiências antes vividas individualmente passam a ser reconhecidas como parte de uma realidade compartilhada. O contato com outras pessoas surdas permite trocar informações, discutir problemas de acessibilidade, conhecer direitos e participar de ações coletivas. Para quem se aproxima desses espaços, a participação pode ocorrer inicialmente por meio da convivência e, gradualmente, envolver tarefas organizacionais e responsabilidades de representação. Embora os dados não descrevam uma sequência idêntica para todos os participantes, eles permitem considerar as associações como ambientes importantes para o desenvolvimento de vínculos e práticas de liderança.

A Libras foi outro elemento destacado nas narrativas. Todos os participantes conheciam e utilizavam a língua, e o estudo registra que relataram dificuldades de comunicação antes de seu uso e reconheceram que a Libras facilitou suas vidas. Três

ISSN: 2358-8829

participantes eram oralizados, mas preferiam comunicar-se em Libras. Esse resultado reforça a necessidade de respeitar as preferências linguísticas individuais e de não presumir que a oralização substitua a língua de sinais. As experiências comunicacionais são diversas e devem ser compreendidas a partir da história de cada pessoa, de suas possibilidades de interação e de suas escolhas.

A importância atribuída à Libras também deve ser analisada em relação à participação social. A língua permite não apenas transmitir informações, mas participar de conversas, construir argumentos, expressar discordâncias, organizar atividades e estabelecer relações de confiança. Quando o acesso à comunicação é limitado, a pessoa pode ficar à margem de decisões que afetam sua vida. Por outro lado, a existência de uma língua compartilhada pode favorecer o envolvimento em espaços associativos e a construção de uma agenda coletiva. Isso não significa que a língua, isoladamente, produza liderança, mas que ela constitui uma condição relevante para a interação e a mobilização.

As experiências escolares dos participantes não foram uniformes. O estudo registra contato com outros surdos em diferentes etapas da escolarização e informa que E5 frequentou uma escola especial para surdos no ensino fundamental. Essa experiência aparece como relevante para a formação da liderança, enquanto os modelos tradicionais de escola não tiveram destaque equivalente nos relatos. A constatação deve ser interpretada considerando as experiências específicas do grupo, sem ser transformada em afirmação universal sobre todas as configurações escolares. O que os dados permitem destacar é a importância das condições de comunicação e da convivência com pares para as trajetórias analisadas.

A escola pode desempenhar funções distintas conforme a língua utilizada nas interações, a presença de outros estudantes surdos, as oportunidades de participação e as atitudes de professores e colegas. Um ambiente escolar que possibilita comunicação acessível pode favorecer relações de amizade, reconhecimento e pertencimento. Em contrapartida, quando a comunicação é restrita, a experiência escolar pode não oferecer as mesmas oportunidades de interação. A análise das narrativas reforça, portanto, que não basta considerar a matrícula ou a presença física na instituição; é necessário observar as condições efetivas de participação e os vínculos que podem ser construídos nesse espaço.

A família não foi identificada como fator determinante para a participação em associações no conjunto de dados apresentado. Esse resultado não deve ser interpretado como ausência de importância da família na vida dos participantes, mas como indicação

ISSN: 2358-8829

de que, para o aspecto específico investigado — a aproximação com associações e movimentos —, outros fatores foram mais explicitamente destacados nas narrativas. A influência familiar pode variar de acordo com as experiências e não deve ser presumida como igual para todas as pessoas surdas. É importante distinguir a relevância afetiva e cotidiana da família de seu papel específico na entrada em espaços de militância.

A igreja também teve alguma relevância nas trajetórias. O estudo registra participação religiosa de E1 e E5 e envolvimento de E2, E3 e E4 em movimentos ligados à igreja. Esses dados sugerem que espaços religiosos podem compor redes de convivência, oferecer oportunidades de atuação e integrar as experiências de participação comunitária. Entretanto, sua influência não foi idêntica para todos os participantes. Como ocorre com outros contextos sociais, o papel da igreja depende das possibilidades concretas de comunicação, do acolhimento e das formas de participação disponíveis.

O trabalho também compôs as histórias de vida analisadas. Todos os participantes trabalhavam desde a adolescência; quatro eram professores universitários e um atuava como instrutor, sem registro profissional no período pesquisado. Além da atividade profissional, os participantes exerciam ou haviam exercido funções como secretário, diretor ou presidente em associações e federações, em âmbitos municipal, estadual e federal. Esses dados evidenciam a presença de lideranças surdas em diferentes espaços profissionais e comunitários e mostram que a atuação pública pode coexistir com responsabilidades no mundo do trabalho.

A presença de participantes em funções de docência universitária chama atenção para a contribuição que pessoas surdas podem oferecer à formação acadêmica, à produção de conhecimento e à discussão de políticas inclusivas. Ao mesmo tempo, o fato de todos trabalharem desde a adolescência não permite concluir que as barreiras de acesso ao trabalho tenham sido superadas. As experiências profissionais devem ser compreendidas no contexto de suas trajetórias e oportunidades. A atuação em associações e federações acrescenta outra dimensão: a liderança pode envolver tanto a inserção em espaços formais de trabalho quanto o compromisso com reivindicações coletivas.

O uso de tecnologias — computador, internet, redes sociais, Skype e celular — foi relatado por todos os participantes. Contudo, a análise do estudo sugere que esses recursos passaram a fazer parte de suas vidas quando já estavam envolvidos em movimentos sociais. Assim, embora as tecnologias possam apoiar a comunicação e a circulação de informações, elas não foram apontadas como fator inicial predominante na

ISSN: 2358-8829

formação das lideranças analisadas. Essa distinção é importante para não atribuir retrospectivamente às ferramentas digitais um papel que as narrativas não destacaram como central no início do percurso.

As tecnologias podem ampliar o alcance das redes, facilitar o contato entre pessoas geograficamente distantes e contribuir para a divulgação de eventos e reivindicações. No entanto, seus efeitos dependem das condições de acesso, da acessibilidade dos recursos e das práticas de uso. No grupo estudado, a tecnologia aparece como parte de trajetórias já marcadas pela participação, não como substituta dos encontros presenciais ou dos vínculos comunitários. Esse achado sugere que recursos digitais e organização coletiva podem se complementar, mas não devem ser tratados como elementos equivalentes.

Os relatos também indicaram traços pessoais valorizados pelos participantes, como responsabilidade, compromisso, persistência e preocupação com outras pessoas surdas. Tais características podem contribuir para a continuidade da atuação e para a confiança entre integrantes de um movimento. Entretanto, devem ser compreendidas em articulação com as experiências de vida e as oportunidades de participação, e não como qualidades isoladas que, por si só, explicariam a liderança. A análise evita transformar o sucesso de alguns participantes em argumento de que basta esforço individual para superar barreiras sociais.

A liderança envolve ainda uma dimensão relacional: as ações ganham sentido porque se dirigem a outras pessoas e se articulam a objetivos compartilhados. A atuação como secretário, diretor ou presidente em associações e federações indica que os participantes assumiram responsabilidades em organizações coletivas. Esses papéis podem incluir planejamento, diálogo, representação, organização de atividades e articulação de reivindicações. Embora o estudo não permita detalhar todas as tarefas realizadas por cada participante, os cargos relatados evidenciam a diversidade de níveis em que as lideranças surdas podem atuar.

Ao considerar conjuntamente os fatores identificados, observa-se que as trajetórias não são explicadas por um único acontecimento. A interação com outros surdos e o uso da Libras aparecem com destaque, enquanto escola, igreja, trabalho, família e tecnologias apresentam graus variados de relevância. As associações e federações constituem espaços de organização e exercício da liderança, mas a aproximação inicial com esses ambientes ocorreu por caminhos diferentes. A perspectiva de História de Vida

ISSN: 2358-8829

permite compreender essa pluralidade e reconhecer que a formação de lideranças é um processo construído ao longo do tempo.

Os resultados também indicam a importância de ampliar oportunidades de participação desde os contextos educacionais e comunitários. O contato com outros surdos, a comunicação acessível e o conhecimento sobre direitos podem favorecer a construção de vínculos e a participação em organizações. Isso não significa estabelecer um percurso obrigatório para a formação de líderes, mas reconhecer que ambientes inclusivos ampliam as possibilidades de escolha e de envolvimento. As instituições podem contribuir quando asseguram acessibilidade, valorizam a Libras e criam espaços nos quais pessoas surdas participem das decisões, em vez de apenas serem destinatárias de ações.

Por fim, a leitura dos dados exige considerar os limites do estudo. As narrativas são de cinco pessoas que já tinham experiência de participação ou liderança em movimentos surdos; por isso, não contemplam necessariamente as experiências de pessoas surdas que não participam de associações ou que enfrentam obstáculos para se aproximar delas. Além disso, os contextos geográficos e as trajetórias individuais são diversos. Esses limites não diminuem a contribuição do trabalho, mas orientam uma interpretação cuidadosa e indicam a necessidade de novas pesquisas com participantes e realidades distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das histórias de vida de cinco participantes surdos permitiu identificar fatores relacionados à militância e ao envolvimento em movimentos sociais. Entre os aspectos mais destacados estão a interação com outros surdos e a importância da Libras para a comunicação, a construção de vínculos e a participação social. As associações aparecem como espaços de convivência, organização coletiva e exercício da liderança, possibilitando que experiências individuais se conectem a reivindicações e objetivos compartilhados.

As trajetórias demonstram que a participação é construída por caminhos diversos. Amigos surdos foram apontados como influência para a aproximação de quatro participantes com associações, enquanto, no caso de E5, a escola aparece como referência importante. A escolarização, a igreja, o trabalho e as tecnologias tiveram presença

ISSN: 2358-8829

variável nas experiências relatadas. A família não foi identificada como fator determinante para a participação associativa no conjunto de dados apresentado, o que deve ser entendido como resultado específico da análise, e não como negação de sua importância em outros aspectos da vida.

Os relatos sobre o uso da Libras mostram que o acesso à comunicação pode transformar as possibilidades de interação e de participação. As dificuldades vivenciadas antes de seu uso e a preferência pela língua de sinais expressa por participantes oralizados reforçam a necessidade de reconhecer a diversidade das experiências surdas e respeitar as escolhas linguísticas. Garantir acessibilidade comunicacional é parte das condições necessárias para a participação em espaços educacionais, profissionais, comunitários e políticos.

O estudo também permite refletir sobre a formação de lideranças para além de características individuais. Responsabilidade, compromisso e persistência foram valorizados pelos participantes, mas as trajetórias apontam igualmente para a relevância das relações com pares, dos espaços associativos e das oportunidades de atuação. A liderança emerge da combinação entre experiências pessoais, condições sociais e participação coletiva. Por isso, não é adequado responsabilizar exclusivamente os indivíduos pela superação de barreiras que dependem de mudanças institucionais e sociais.

A pesquisa reforça a importância de reconhecer as pessoas surdas como sujeitos de direitos e protagonistas dos movimentos sociais. Fortalecer associações, ampliar o acesso à Libras, assegurar recursos de acessibilidade e criar oportunidades reais de participação são medidas relevantes para uma sociedade mais democrática. Também é importante que escolas, universidades, serviços e organizações sociais reconheçam a contribuição das pessoas surdas na formulação de políticas e práticas que lhes dizem respeito.

O método História de Vida mostrou-se pertinente por permitir escutar os participantes e compreender os sentidos que atribuem às próprias trajetórias. Como a investigação envolveu cinco pessoas, os resultados devem ser interpretados considerando esse recorte específico. Novas pesquisas podem ampliar a compreensão sobre a formação de lideranças surdas em diferentes regiões, gerações e contextos, incluindo também pessoas que não participam de associações ou que encontram dificuldades para acessar esses espaços. Ainda assim, as narrativas analisadas contribuem para refletir sobre o papel

da língua, das relações entre pares e da mobilização coletiva na participação social das pessoas surdas.

Palavras-chave: Surdez; Liderança Surda; História de Vida; Libras; Educação Bilíngue.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Grupo de Estudos Inclusivos (GEI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) pelo suporte acadêmico, pelas discussões reflexivas e pelo espaço de partilha que fundamentaram o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2005.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O método de história de vida em pesquisas sobre autopercepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 139-154, 2009.

MORRIS, A.; STAGGENBORG, S. Leadership in social movements. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (org.). The Blackwell companion to social movements. Malden: Blackwell, 2004. p. 171-196.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Educação & Sociedade, v. 34, n. 123, p. 459-475, 2013.

SILVA, A. et al. Reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.